

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

ATA Nº 106 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAÍPO

2º SECRETÁRIO - DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em nome desta augusta Assembléia Legislativa, declaro aberta esta Sessão Especial, com a finalidade de debater a autonomia das universidades brasileiras.

Convido o Sr. Deputado Carlão Nascimento para assumir a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO ASSUME A 1ª SECRETARIA).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convidamos, ainda, para compor a Mesa o Sr. Fernando Nogueira, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso...

No momento, o Professor está concedendo entrevista, e, enquanto isso, dando continuidade, nós convidamos o Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso, Exmº Sr. Arno Rieder, para fazer parte da Mesa.

Convido todos para, em pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Reiteramos o convite ao Exmº Sr. Professor Fernando Nogueira, Reitor da Universidade Federal, para ocupar seu lugar à mesa.

(NESTE MOMENTO, O MAGNÍFICO REITOR TOMA ASSENTO À MESA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Registramos a honrosa presença dos Exmºs Srs. Deputados: Humberto Bosaipo, 1º Secretário; Carlão Nascimento, ocupando a 2ª Secretaria, Wilson Teixeira Dentina, Benedito Pinto, Milton Rodrigues, Deputada Serys Silhessarenko, Elarmin Miranda, Romoaldo Júnior, Rene Barbour, Silval Barbosa, Hermínio J. Barreto, Alencar Soares, Jair Mariano e Gilney Viana.

Registramos a presença da Professora Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati, 2ª Vice-Presidente da Regional do Pantanal; do Sr. Oreny Francisco da Silva, Presidente da CUT, da Federação dos Bancários; do Sr. Wanderley Pignati, da Diretoria da ADUFMAT; do Professor Lourival Abich, representante do Sindicato dos Professores da UNEMAT; da Srª Joana da Silva Santos; Presidente do DCE da UNEMAT; do Sr. José Domingos Godoy Filho, Presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso.

Queremos agradecer, também, a todas as demais autoridades presentes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Passamos, neste momento, a palavra à Sr^a Professora Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati, 2^a Vice-Presidente da Regional do Pantanal.

A SR^a VILMA LÚCIA DE MORAES COUTO ALBIZZATI - Bom-dia, Srs. Deputados, Magníficos Reitores, em especial à Deputada Serys Shessarenko, responsável pela realização deste evento, colegas professores, alunos:

Eu gostaria apenas de fazer uma preleção rápida a respeito da nossa posição na ANDES com relação à autonomia universitária, a apresentação de um Projeto sobre a autonomia universitária, que, pelo nosso Congresso de Fortaleza, nós estamos temporariamente impedidos de apresentar um projeto de lei ao Governo, mas isso não nos impede de refletir, discutir e intensificar as discussões a respeito do assunto.

“Autonomia é a capacidade de um ente jurídico institucionalizado, restrito pela capacidade de soberania, podendo ser regido por suas próprias leis. A autonomia universitária é afetada pelo interesse público, dela derivando direitos protetivos ao exercício da liberdade acadêmica de seus docentes, havendo estreita ligação entre as liberdades fundamentais da comunidade universitária, a liberdade acadêmica e a organização e gestões universitárias.

A autonomia das universidades dos países desenvolvidos tem sido comprometida pela crescente importância da iniciativa privada na definição dos rumos da instituição.

No Brasil, o problema é diferente: primeiro, porque nunca tivemos autonomia universitária. Surgindo a partir dos anos 20, por iniciativa direta do Poder Executivo Federal, as universidades surgem como órgãos do Estado e da Administração Direta, portanto, intimamente ligadas ao ente estatal, principalmente as universidades federais.

As universidades públicas, especialmente as federais, foram, ao mesmo tempo, instrumento e vítimas de um intervencionismo estatal. Instrumento enquanto geradora de suporte científico e tecnológico ao projeto estatal; vítimas enquanto seu desempenho condicionou o desenvolvimento acadêmico pelos caminhos ideológicos do desenvolvimento autoritariamente definido, gerando o dualismo do ensino superior no Brasil.

De um lado, instituições públicas diretamente ligadas aos projetos estatais, com alta performance acadêmica, e geralmente localizadas no Centro-Sul do País. De outro lado, um grupo crescente de universidades e centros, geralmente privados, com baixíssimo desempenho no ensino e na pesquisa.

A ausência de autonomia gerou distorções, as mais diversas, em nosso sistema universitário. A primeira delas foi a absoluta desigualdade no desenvolvimento das instituições. Grave também é a persistência de um modelo institucional que, por ser voltado às demandas dos projetos macros estatais, levou a uma cultura acadêmica fechada em si mesma e que ignora as demandas e as carências sociais.

O ponto de vista do movimento docente sobre autonomia universitária tem visado, basicamente, dois objetivos: o primeiro, lutar pela concretização do direito dos cidadãos à educação e à cultura em todos os níveis; segundo, recolocar a universidade como um dos pólos de formulação e alavancagem da questão estratégica do desenvolvimento.

A autonomia universitária pressupõe o compromisso do Estado para com a viabilização do direito da cidadania ao acesso à educação e à cultura. O compromisso estatal para com o financiamento deve garantir as condições de funcionamento do atual sistema

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

público de ensino superior, assim como viabilizar a expansão do sistema com padrões de qualidades aceitáveis.

O papel da universidade autônoma é estratégico e fundamental, levando em conta potencialidades e necessidades globais do País e de seu povo.

A retomada do desenvolvimento deve ser em uma perspectiva holística e dinâmica. Portanto, a capacidade de exercer plena autonomia não deve estar distante, nem em contradição com os apelos a um novo posicionamento civilizatório, por parte da universidade brasileira, tendo como referência os valores essenciais de luta contra a intolerância, o preconceito e o senso comum.

A universidade autônoma teria que, por características essenciais, a autonomia jurídica transformar-se em um ente de natureza pública, abrigo um sistema de avaliação interna e externa permanente de seu funcionamento e de sua produção e financiamento público, majoritariamente estatal, para as universidades públicas com capacidade plena de gestão financeira e patrimonial para o conjunto das universidades.

O sistema nacional seria integrado por um órgão gestor, constituído, primeiro, pelo poder público; depois pela comunidade universitária; em terceiro lugar, pelos representantes da sociedade e, por último, pelos representantes da comunidade científica nacional.

Caberia à universidade brasileira gerir condições para o desenvolvimento do conhecimento sem amarras, sem preconceitos, com vistas à soberania do País.”

Então, como vimos, não é apenas a autonomia financeira, mas uma autonomia jurídica, uma autonomia de gestão e organização, uma autonomia de liberdade acadêmica.

Na realidade, nós pensamos que uma universidade realmente autônoma seria aquele sistema em que as universidades seriam regidas por todos esses aspectos. Muito obrigada (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convidamos para fazer uso da palavra, a Sr^a Joana da Silva Santos, Presidente do DCE da UNEMAT.

A SR^a JOANA DA SILVA SANTOS - Bom-dia aos Srs. Deputados e a todos aqui presentes.

Eu sou Joana, Acadêmica do 5º Semestre do Curso de Pedagogia da UNEMAT e Presidente do DCE - Diretório Central dos Estudantes Livres Paulo Freire. Venho, aqui, reforçar a palavra da Professora Vilma, como também de muitos outros, com relação à questão da autonomia universitária.

É imprescindível estarmos lembrando a importância da autonomia nas universidades, porque é a partir daí que as universidades, realmente, irão proporcionar, ou estar realmente fazendo o seu papel. Esse assunto, neste momento, que estamos discutindo é de fundamental importância para chegarmos, eu acredito, a um consenso em relação à questão da autonomia das universidades.

Portanto, o meu recado é bem breve, relacionado com isso, para o que realmente nós estamos aqui, enquanto representante dos acadêmicos da UNEMAT, reforçando a questão da autonomia como relevante e importante para as universidades. Muito obrigada (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convidamos para fazer uso da palavra, o Sr. Gustavo Passaneli, Coordenador-Geral do DCE da UFMT.

O SR. GUSTAVO PASSANELI - Bom-dia, Srs. Deputados.

Cumprimento os alunos aqui presentes, os professores da UFMT, os servidores, os nossos companheiros sindicalistas e as companheiras aqui presentes.

Eu acho que para entendermos essa lógica sobre a qual se coloca o projeto de autonomia precisamos entender o que significa o Governo Fernando Henrique Cardoso e o que ele representa. É mais ou menos nisso que vou ater minha fala.

Desde que ele assumiu esse segundo mandato, depois daquela campanha que ele fez, que, aliás, ontem resolveu relançar toda aquela falácia do “Avança Brasil”, o Fernando Henrique vem tentando se equilibrar entre a população insatisfeita e os banqueiros especuladores, cada vez mais pressionando para que ele coloque os ajustes fiscais. Logo após o segundo turno, Fernando Henrique começou a anunciar um acordo com o FMI, um acordo que ia se dar através de um empréstimo de 41,5 bilhões para custear as finanças do nosso País.

Na verdade, esse empréstimo era para salvar o lucro, para salvar os banqueiros especuladores que têm investido aqui no País, ou seja, para eles não terem prejuízo - a bem da verdade, falaram que esse acordo seria para a educação, saúde e tal, mas o que temos visto desse empréstimo é que foi feito isso.

O empréstimo foi dado seguindo algumas normas. Primeiro, temos que salientar aqui a taxa de juros sobre a qual foi feito esse acordo. Geralmente, a taxa dos empréstimos feitos pelo Fundo Monetário Internacional é de 4%, com um prazo de 10 anos para pagar. Esse, aliás, foi decidido no Congresso americano, em *Washington*, com juros de 7,5% e num prazo para pagar de dois anos e meio, ou seja, além de dobrar esses juros da dívida desses 41,5 bilhões, nós vamos ter que pagar isso num prazo mais curto do que era anteriormente, ou seja, dois anos e meio. Quero salientar que isso foi decidido no Congresso americano, onde se determinou como deveríamos pagar esse empréstimo, esse acordo feito com o Fundo Monetário Internacional. Isso desmente tudo o que falam do FMI, por exemplo, de ser um órgão intergovernamental.

Esse empréstimo é liberado em parcelas e na primeira, em dezembro, foram liberados 9 bilhões para o Governo ir cumprindo metas e assim sucessivamente, o Governo vai cumprindo metas e vão sendo liberadas mais parcelas desse empréstimo. Segundo, o Fundo Monetário Internacional exigiu que para receber esse primeiro acordo, o Fundo de Reserva do Brasil, em dólares, não poderia baixar de vinte bilhões, ou seja, se baixasse de vinte bilhões, nós correríamos o risco de ter uma intervenção direta do Banco Central Americano, do Fundo Monetário Internacional, aqui, dentro do Brasil.

Naquela época, o Fundo de Reserva do País já estava em vinte e cinco bilhões de dólares, ou seja, qualquer ataque especulativo que nós tivéssemos no Brasil já teria essa intervenção.

Na minha avaliação, é que já vivemos sob essa intervenção, porque a qualquer risco de um ataque nós já teremos essa intervenção diretamente no próprio Fundo de Reserva, pelo Fundo Monetário Internacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Pois bem, além de diminuir o prazo para se pagar, dos juros altos, o FMI exigiu que o Governo Brasileiro fizesse alguns ajustes, como o tal do ajuste fiscal que a imprensa vive noticiando e exigindo que o Governo Federal faça.

Eu gostaria de resumir esse ajuste em apenas duas medidas. Uma, são as privatizações que nós temos assistido, outra, são as modernizações que eles dizem das leis trabalhistas. Ou seja, é para o povo pagar a conta. Nós temos assistido essas privatizações acontecerem, como a da Vale do Rio Doce, da TELEBRAS, principalmente, e nós vimos como é que essas “máfias da agiotagem” comandam e como elas interferem no Brasil. Nós vimos o Fernando Henrique se equilibrando na venda da TELEBRAS, querendo agradar um, desagradando outro, e assim vai.

As privatizações dos bancos, que aconteceram, então, foi uma vergonha!

Eu vou só salientar a questão do que aconteceu em Pernambuco, onde a *Enrow Bank* comprou o Banco de Pernambuco por cento e oitenta e três milhões, recebeu o compromisso do Governo Estadual de manter, por cinco anos, um saldo mínimo de vinte e cinco milhões de reais, além de isenção tributária. Ou seja, eles levaram o Banco e ainda receberam do Estado para ter os seus lucros.

Mas eu saliento, ainda, a questão dos escândalos ocorridos com o Banco Marka, essa questão da TELEBRAS, que caracterizam como esse Governo está a serviço dos banqueiros, dos especuladores, sempre tentando tirar do povo, sempre tentando tirar da gente para dar a eles, para tirar daqui. Aliás, a fonte de lucro, hoje, do sistema capitalista são as dívidas públicas com seus juros altos, e é por isso que o Presidente Fernando Henrique tem se empenhado tanto nessas metas, em cumprir essas metas, porque o que está em jogo são os lucros dos capitalistas.

Vejam bem, depois da crise da moratória russa, e depois de todas as outras crises sempre o Governo respondeu com juros altos, o aumento da dívida pública e - quero pedir atenção dos Srs. Deputados, porque eu acho que isso que estou falando é de extrema importância para explicar o Plano de Autonomia -, com tudo isso que o Fernando Henrique fez, ele empobreceu ainda mais o País, tirou o dinheiro que é nosso, vendeu nossas estatais, privatizou nossas estatais, terceirizou os serviços públicos.

Hoje, por exemplo, nós vemos a UFMT sem segurança, sem limpeza, poderemos ficar sem luz, sem água, tudo porque os serviços foram terceirizados, foi tirado da iniciativa pública, para investir na iniciativa privada, não tem dinheiro para pagar e nós alunos, agora, ficamos sem o serviço prestado. Aliás, queriam fazer isso com o Restaurante Universitário, mas não conseguiram.

Portanto, é nessa lógica que o Governo tenta colocar o Plano de Autonomia, como disse a Professora Vilma quando fez o seu discurso sobre o Plano de Autonomia.

O que significa autonomia? Eu acho que a existência da universidade hoje, a possibilidade da juventude ter educação, um ensino de qualidade, é contraditória com toda essa política que o Governo vem fazendo, destruindo escola, mandando professor para a rua, tirando o nosso direito de ter emprego, de ter um futuro digno com qualidade. E, agora, vem com esse Projeto de Autonomia!

O Plano de Autonomia nada mais é do que a desresponsabilização do Estado frente às universidades. O Governo diz que vai ter 4,03 bilhões - se eu não estou enganado - no Orçamento para as universidades, um piso mínimo, só que faz uma ressalva: em caso, por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

exemplo, de necessidades maiores, imperativas, como por exemplo, um déficit no Orçamento público, se precisar pegar esse dinheiro para pagar outras coisas mais importantes, esse dinheiro pode ser diminuído. É disso que nós vivemos hoje, da crise do sistema financeiro, e o Governo tirando do nosso dinheiro público para pagar os seus amigos banqueiros.

Então, eu não acredito nesse Plano de Autonomia como o Governo faz. Eu tenho certeza que nós temos é que lutar para defender a nossa universidade, mesmo que ela seja do jeito que ela é, com todos esses problemas que nós temos, pelo menos ela é a única, por exemplo, que garante hoje o direito de termos um ensino gratuito, o direito de termos um emprego melhor, de termos condições dignas de um futuro.

Por isso, nós temos que defender a nossa Universidade. Nós não podemos deixar que o Governo Fernando Henrique tire todo esse dinheiro que deveria ser destinado para as universidades. Temos que lutar para garantir o que está escrito na Constituição, os 18% para o ensino superior, para o ensino federal, e que seja realmente vinculado, caso contrário, não tem começo de conversa.

Eu quero terminar a minha fala aqui, convidando todos os companheiros para estarem presentes nessa manifestação que vamos fazer agora, no próximo dia 07 de setembro, o “Grito dos excluídos”. No dia 14 haverá a greve dos servidores públicos federais, greve que estamos articulando junto com os estudantes para que possamos formar realmente um movimento de resistência para colocar fim nesse Governo, mandando-o ir embora daqui junto com o FMI, para que possamos garantir nossa universidade digna, pública, gratuita e de qualidade (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convido para assumir a Presidência o Deputado Humberto Bosaipo.

(O DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:38 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Registro a presença dos Deputados Carlos Brito e Joaquim Sucena.

Convido para fazer uso da palavra o Professor Lourival Abich, representante do Sindicato dos Professores da UNEMAT, que dispõe de três minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LOURIVAL ABICH - Em primeiro lugar, cumprimento os Srs. Deputados, em especial a Deputada Serys Slhessarenko, os Magníficos Reitores, os sindicalistas, os professores e estudantes.

Eu sou professor da UNEMAT há doze anos e faço parte do movimento sindical há oito anos como dirigente sindical nos mais diversos cargos.

Falando em autonomia universitária, sentimos na pele o que significa andar de Cáceres a Cuiabá, gastando asfalto, naquela buraqueira da rodovia, para vir a Cuiabá, andar de Palácio em Palácio e, no final, acabar na mingua.

Nós trabalhamos por muito tempo essa Universidade que tem uma origem autoritária. Com a sua estadualização, ela tomou um caminho relativamente democrático e isso fez com que ela tivesse uma gestão interna democrática, no entanto, ela depende essencialmente do Poder Executivo e também do Poder Legislativo. Gradativamente foram aumentadas as responsabilidades da UNEMAT, expandindo-se pelo Estado de Mato Grosso. No entanto, as verbas para isso foram minguando. Inclusive, estou com o boletim aqui que coloca

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

o Veto à Lei do repasse automático de verbas para a UNEMAT. O Governo do Estado vetou o repasse automático, e a Assembléia Legislativa não derrubou o Veto!

Foi um ato de traição para com a Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso, porque aumentar a responsabilidade de uma instituição e vetar o suporte financeiro não significa autonomia dessa instituição. Nós queremos autonomia financeira, sim, não essa autonomia de buscar em outros órgãos, em outras instâncias, essas verbas, mas sim verbas do Poder Público. E a autonomia significa - como disse a Professora Vilma - ter uma gestão autônoma, uma legislação autônoma, fiscalização sim, tanto do Poder Executivo, Legislativo, como da sociedade como um todo, mas de toda sociedade e não de alguns segmentos somente, segmentos economicamente mais abastados.

Então, é por isso que a gente luta!

Hoje, a Universidade do Estado de Mato Grosso está numa encruzilhada. As pessoas que representam a lei no Estado, no caso os Deputados, estão preocupados em levar a UNEMAT para suas regiões. Eu acho que é legítimo que todo Estado de Mato Grosso tenha a sua Universidade. Isso é legítimo! No entanto, precisam dotar com verbas essa mesma Universidade para que ela possa cumprir o seu papel. E não precisa só de verbas, precisa também qualificar o seu Quadro Docente, garantindo que a Reitoria como um todo possa planejar e realmente repassar o conhecimento científico acumulado durante toda a história da humanidade. É preciso também criar novos conhecimentos para que sejam incorporados na sociedade, e para que a Universidade possa, realmente, alavancar o progresso deste Estado.

É isso que nós queremos como professor, é isso que os estudantes querem, e que todos queremos.

Então, eu acho que nós vamos ter que olhar para a Educação e a autonomia é essencial, porque não podemos ficar à mercê dos sabores ou dos sabores de governos transitórios que passam, porque a Universidade fica e o seu Quadro fica. Ele precisa estar aí, ele precisa ser qualificado e precisa ter planejamento a longo prazo, não pode haver mudança de regra a cada seis meses ou a cada ano. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Com a palavra, o Dr. José Domingos Godoy Filho, que dispõe de três minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GODOY FILHO - Srs. Deputados de Mato Grosso, colegas professores da Universidade Federal de Mato Grosso, da Universidade Estadual de Mato Grosso, colegas professores, colegas estudantes.

Eu pediria um pouco de compreensão da Mesa, caso eu me estenda além dos três minutos e, certamente, isso ocorrerá, mas eu julgo importante que fiquem registradas algumas situações na Assembléia Legislativa por conta até da iminência de uma nova paralisação que deverá, possivelmente, poderá acontecer nas universidades para que a comunidade, os Srs. Deputados, os Parlamentares se posicionem e sejam devidamente informados sobre o que vem acontecendo ao longo desses últimos vinte anos.

O nosso pedido, juntamente com as demais entidades, de convocar uma Sessão Especial, na Assembléia Legislativa, partiu do pressuposto de que o Poder Legislativo, enquanto um Poder autônomo em relação aos demais e independente dos demais, merece todo respeito da comunidade brasileira e é importante que ele seja fortalecido, se quisermos aprofundar nesse momento crucial o processo democrático no Brasil. É com essa concepção

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

que nós viemos e propusemos à assembléia geral universitária a solicitação de uma Sessão Especial.

Então, essa é a nossa conotação, e é importante ressaltar isso para resgatar esses aspectos, uma vez que, em alguns locais, isso não tem sido devidamente compreendido e, às vezes, os outros Poderes atropelam o Poder Legislativo.

A situação da universidade brasileira não é uma coisa de agora, nem a questão da autonomia universitária, e nem pode também ter a falsa questão colocada de que nós não podemos e não estamos discutindo um projeto de autonomia para a universidade. É importante dizer que o nosso Sindicato, que tem vinte anos de existência, foi fundado para discutir exatamente uma proposta para a universidade brasileira.

Isso aconteceu em 1982, a formulação da primeira proposta para a universidade brasileira feita conjuntamente com a Associação Brasileira de Imprensa, com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Naquele momento, nós preconizávamos como princípios básicos para a construção de uma universidade para o Brasil: “a manutenção e ampliação do ensino público e gratuito; a autonomia e funcionamento democrático da universidade com base em colegiados e cargos de direção eletivos; o estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades; a dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas...”

Depois disso, seis anos depois, instalou-se a luta de todas essas entidades para que ficassem configurados na Constituição Federal os Artigos 207 e 212, que garantem a autonomia universitária, que garantem recursos públicos para a gestão da universidade, para o financiamento público da universidade. O Parlamento brasileiro respondeu com firmeza, e os Parlamentos nos Estados também o fizeram da mesma maneira e aqui em Mato Grosso não foi diferente.

Continuando, ainda estabelecemos como princípios: “a criação de condições para adequação da universidade à realidade brasileira; a garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas”.

Foi essa a luta que começou em 1979, depois em 1982 e foi atualizada em 1996, no Congresso de Santa Maria, convocado pelas entidades docentes.

Ao longo desse período todo, nós tivemos várias paralisações. Por várias vezes, ao longo desses anos, temos nos dirigido aqui à Assembléia Legislativa em busca de apoio, de solidariedade, de mecanismos para fazer a defesa disso. E isso não mudou! A luta continua sendo a mesma. E em função dessa atualização, feita em 1996, por conta de todas as modificações que acontecem e aconteceram pelo mundo afora, nós continuamos marcando posição em alguns pontos que são cruciais para a existência da instituição universidade, coisa que neste momento está ameaçada - não está ameaçada apenas a questão das universidades públicas brasileiras.

O Projeto de Lei e a forma como está sendo conduzido o processo pelo MEC coloca em risco a possibilidade de existência da instituição universidade no Brasil, seja ela pública, seja ela privada. Ele arrebenta com tudo. Daí a gravidade e daí termos nos dirigido também aqui à Assembléia Legislativa pedindo esta Sessão Especial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Na concepção do movimento docente, pelo menos, e que me parece vai na mesma direção dos técnico- administrativos e dos estudantes, entendemos que não é possível nós pensarmos numa universidade que não seja de um único padrão de qualidade, padrão unitário de qualidade, não é por ser a daqui diferente da do Acre, do Rio Grande do Sul e coisa do gênero. E entendemos isso com princípios muito claros, que estão formalizados, protocolados no MEC, reiteradamente protocolados e etc. Quer dizer, são propostas concretas, inclusive na semana passada nós protocolamos uma em relação à carreira docente. Então, não é falta de propostas.

O padrão de qualidade é fundamental, pois entendemos que aqueles princípios recomendados por essas entidades insuspeitas são essenciais - ou seria alguém maluco de levantar suspeita sobre a SBPC, OAB, ABI, ABC-Academia Brasileira de Ciência, e coisas do gênero?

Temos que ter uma caracterização jurídica para a universidade, que é uma das entidades autônomas prevista na Constituição e que redunde num regime jurídico que seja definido e garanta o ensino público gratuito como responsabilidade do Estado, inclusive pelo custeio total, através das dotações orçamentárias, obviamente, pois não é esse o problema do Governo - sabemos que não há falta de recursos financeiros.

Se nós pegarmos um exemplo pequeno, até não tão pequeno, mas os lucros, por exemplo, do maior financiador de campanha, no primeiro semestre deste ano, foi da ordem de um bilhão, o Banco Itaú. Um bilhão é quase 25% - este foi o lucro líquido de um único banco - de toda verba destinada para as universidades federais, para todas elas, todas!

Então, quer dizer que o problema não é falta de recurso financeiro. É fundamental nós sabermos isso!

Entendemos que tem que ter um regime jurídico que garanta a autonomia para a universidade, quanto aos aspectos financeiros, patrimoniais, administrativos, didáticos, científicos, aliás, previstos no Artigo 207 da Constituição Federal. O regime jurídico ainda tem que garantir a autonomia da universidade para a sua estruturação, segundo os princípios democráticos definidos pela comunidade universitária.

E a autonomia universitária é entendida, concretamente, como autonomia didático-científica para fixar as diretrizes, os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão; para criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação, pós-graduação, e outros; para definir o currículo dos seus cursos, e para estabelecer calendários...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) - Professor José Domingos, a Mesa acata o Requerimento de V. S^a e prorroga por mais três minutos. V. S^a pode ir mais devagar.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GODOY FILHO - A autonomia administrativa é entendida, então, como a liberdade para podermos elaborar os nossos estatutos e regimentos e escolher os dirigentes universitários, na forma dos estatutos e dos regimentos das universidades; dimensionar os quadros de docentes e de técnico-administrativos de acordo com o seu planejamento didático-científico e estabelecer a lotação global do pessoal docente e técnico. Entendemos a autonomia de gestão financeira e patrimonial como sendo a possibilidade de administrar, privativamente, os recursos de dotações orçamentárias globais, administrar os rendimentos próprios, e vai por aí afora. O financiamento é aquele previsto no Artigo 212 da Constituição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

É importante, nesse tempo que temos, dizer que também temos clareza do que está acontecendo e das nossas demandas e das nossas obrigações com a sociedade. Afinal, o conceito de trabalho e as relações de trabalho vêm sofrendo profundas transformações nesses últimos anos, ao mesmo tempo que estão surgindo novas e variadas formas de inserção da população na economia, justificadas por diferentes tendências, por diferentes maneiras. Isso nos impõe a obrigação de responder a essa situação nova que está sendo colocada pela sociedade.

Com essas transformações no mundo do trabalho, começam a ser propostos conceitos como o de empregabilidade, mobilidade, onde o novo pacto entre empresas e trabalhadores não mais se estabelece sobre a permanência no emprego, e, sim, sobre as condições que garantam ao trabalhador uma permanente adaptação a novas formas e oportunidade de trabalho. É isso que tem que ser colocado.

Não sei se estão de acordo, mas nós temos que discutir e ver como que respondemos essas questões. Nesse cenário, e com as pressões, retaliações que têm sido impostas às universidades nos últimos anos, principalmente nos últimos dois mandatos, dos últimos dois governos, as universidades públicas que se constituíram, ao longo do tempo, numa das principais formadoras de pessoal, necessitam fazer essa discussão.

No entanto, só vai ser possível fazer essas discussões se nós tivermos autonomia, autonomia que não está sendo preconizada apenas por nós. Se nós considerarmos o que foi apresentado pela Conferência Mundial do Ensino Superior no ano passado em Paris, o que foi preconizado pela própria UNESCO, nós veremos que a autonomia é fundamental para a existência de uma universidade.

Diz um dos pontos do Relatório da UNESCO, da Conferência Mundial ocorrida no ano passado, que “a gestão e o financiamento do ensino superior exigem a elaboração de competências e estratégias apropriadas de planejamento e a análise das políticas baseadas na cooperação estabelecida entre as instituições de ensino superior e os organismos nacionais de planejamento, a fim de garantir uma gestão nacionalizada e a utilização responsável dos recursos. As instituições de ensino superior deverão adotar práticas de gestão com uma perspectiva de futuro que corresponda às necessidades de seus entornos. Os administradores do ensino superior devem ser receptivos, competentes e capazes de avaliar regularmente a sua administração. Os estabelecimentos de ensino superior devem ter autonomia para dirigir seus assuntos internos, ainda que tal autonomia deva ser acompanhada pela obrigação de apresentação de uma contabilidade clara e transparente às autoridades, aos Parlamentares, aos estudantes e à toda sociedade.”

Ao falar de autonomia, nós não falamos de soberania. Nós queremos autonomia e não soberania, preconizamos isso, mas o MEC não aceita, não coloca no seu projeto de lei as variações internas e externas para os sujeitos internos e externos à universidade. Nós não temos medo do processo de avaliação, ao contrário, queremos nos submeter a esses processos cada vez mais aperfeiçoados, e não a escapismos do tipo Provão e outras coisas do gênero.

Então, essas questões são fundamentais, questões essas que inclusive estão sendo reconhecidas pela própria Frente Parlamentar em defesa da universidade pública, que, num rol de itens que levanta, mostra o fundamental papel representado pela universidade pública brasileira, e faz uma série de recomendações nessa mesma direção. Para citar dentre

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

outras, reconhece o papel de que em cerca de 95% de tudo que é produzido em termos de ciência e tecnologia no Brasil se concentra nas universidades públicas brasileiras, nos institutos públicos de pesquisa brasileiros.

Por outro lado, nós temos uma política bastante explícita do Banco Mundial e dos agentes financiadores que não permitem, não querem que possamos gerar abaixo do Equador nenhum outro novo país com autonomia na área de ciência e tecnologia. Daí esse processo de desmonte e de desmanche da principal instituição brasileira. Não é possível pensar em nova forma de política industrial, política agrícola e políticas econômicas se nós castrarmos a possibilidade de geração de conhecimento. Isso é fundamental.

Então, nós precisamos disso. Não podemos aceitar a discriminação de que em cada universidade se tenha uma carreira, como o Projeto do Governo está apresentando. Seria a mesma coisa que admitirmos que em cada Estado cada Juiz tenha um comportamento, uma carreira diferente, um Judiciário totalmente diferente; que os Deputados de São Paulo sejam diferentes dos Deputados Estaduais de Mato Grosso; seria um negócio totalmente absurdo, mas é isso que está dentro do Projeto de Lei.

Assim sendo, a negação ao Projeto de Lei não é porque não se concorda, fazendo uma oposição vazia, leviana, em relação ao Governo. Não! Temos propostas, temos propostas sendo discutidas ao longo de vinte anos e não podemos aceitar esse grau de ingerência, esse grau de intervenção que o Governo propõe para a universidade, principalmente partindo de alguém que conhece a fundo a história de uma universidade, do que seja a universidade ao longo dos tempos. Autonomia para as universidades é pressuposto inicial para a formação.

Para encerrar, entendo que, ao nos dirigirmos para cá, é importante que a Assembléia Legislativa pense em alguma forma de se organizar, talvez também sobre a forma de uma Frente Parlamentar Estadual para defender os interesses de uma universidade pública no Estado de Mato Grosso, para defender, não só isso aí, mas defender os Artigos 207, 212 da Constituição Federal, defender, aqui e agora mais diretamente, os Artigos 246 e 354 da Constituição do Estado de Mato Grosso. O Artigo 246, para aqueles que não sabem ou não se lembram, destina um por cento da Receita resultante dos impostos para o financiamento e manutenção do ensino superior no Estado de Mato Grosso, e o Artigo 354 destina dois por cento da Receita tributária para a constituição e gerenciamento da pesquisa no Estado, para a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado, a FAPEMAT, votado nesta Casa, pelos Senhores mesmos, na Constituição Estadual de Mato Grosso.

Então, fundamental nisso é a intervenção e interveniência dos Srs. Deputados junto ao Executivo Estadual e municipais no sentido de que os recursos públicos, os recursos captados por esse órgão para a prestação de serviço no Estado, sejam localizados, quando na necessidade de convênio, prioritariamente com as universidades públicas e não com as universidades particulares que, no caso de Mato Grosso, sem medo nenhum de errar, não passam de estabelecimentos comerciais de ensino. Nós temos equipamentos, condição de pessoal e técnica para resolver boa parte dos problemas estruturais e fundamentais do Estado de Mato Grosso. Então, não se justifica que o próprio Governo, com recursos públicos ou captados pelo Governo, faça convênio com instituições privadas, quando nós temos, no mínimo, duas universidades públicas que poderiam estar, conjuntamente, executando esse tipo de trabalho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

São algumas dessas questões que nós esperamos alcançar, além da solidariedade e de ações que, certamente, os Srs. Deputados irão formalizar, pensando num mecanismo de também se aproximar dessa luta junto com as entidades que lutam em defesa das universidades públicas aqui no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Registramos as presenças dos Deputados Nilson Leitão e Benedito Pinto.

Antes de passar ao próximo conferencista, nós temos alguns avisos.

O Presidente da Assembléia Legislativa e o Líder do Governo comunicam aos Srs. Deputados que a reunião marcada para hoje, com o Secretário de Planejamento do Governo, para a discussão do PPA - Plano Plurianual, foi transferida para quarta-feira, às quinze horas, no gabinete do Líder do Governo, Deputado Rene Barbour.

Queremos comunicar aos presentes que foi criada pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa a Escola do Legislativo. E temos dois cursos em convênios com a Universidade Federal de Mato Grosso. Um curso já em andamento, o Curso de Ciências Políticas, que está sendo ministrado por professor dessa entidade, para qualificação dos nossos funcionários. Temos também um convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso e o Instituto de Memória da Casa.

Com a palavra, o Sr. Aldonso Pereira da Silva, Presidente do SINTUF.

O SR. ALDONSO PEREIRA DA SILVA - Bom-dia a todos.

Em nome da Deputada Serys Shessarenko, eu quero cumprimentar os integrantes da Mesa, as pessoas dos Srs. Deputados, dos Magníficos Reitores da UNEMAT e da UFMT, a todos os presentes, servidores técnicos e administrativos, professores, estudantes, demais comunidades externas à universidade e outros companheiros sindicalistas que se fazem presentes neste ato.

Nós gostaríamos de fazer uma breve explanação com relação à autonomia da universidade, que é uma questão que já vimos discutindo há algum tempo no que diz respeito ao Artigo 207 da Constituição Federal, no que se refere à sua auto-aplicabilidade.

No entanto, vê-se as universidades públicas brasileiras numa situação realmente decadente, preocupante, e, neste projeto de autonomia, proposto pelo Governo Federal, não está previsto realmente uma posição de futuro melhor para as universidades públicas brasileiras.

Há uma questão muito clara como foi colocada pelo Prof. Domingos, um ponto crucial no que diz respeito às carreiras diferenciadas. Então, quando se fala em carreira diferenciada, isso quer dizer que as universidades de determinadas regiões, vamos dar como exemplo a nossa região Centro-Oeste, serão prejudicadas. Por quê? Porque são salários diferenciados da região Sudeste, Sul e outras regiões.

Queremos colocar aos Srs. Deputados e aos demais presentes que, assim como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é muito importante para a região Sul do Brasil, a Universidade Federal de Mato Grosso é importante para Mato Grosso, é importante para a região Centro-Oeste e é importante para todo o Brasil. Então, não há porque se fazer discriminação entre a universidade da região Centro-Oeste e uma universidade de uma outra região, de uma região Sudeste e uma região Sul.

É para isso que conclamo os Srs. Deputados, que tenhamos a Frente Parlamentar em defesa da universidade pública brasileira, que os nossos Deputados Estaduais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

se juntem em aliança aos seus partidos políticos, aos nossos Parlamentares em Brasília, para que essa Frente realmente possa crescer, possa engrossar bandeiras, para que esse projeto de autonomia proposto pelo Governo não seja aprovado, e sim, um projeto de autonomia popular, onde o povo discute, onde a população realmente decide o que é importante para cada segmento. Queremos colocar claro que a questão dessa autonomia é totalmente contrária, é inviável para a nossa Universidade Federal como é inviável para a UNEMAT e para muitas universidades da nossa região.

Então, nós queremos esclarecer que quando os companheiros vêem aquele adesivo em determinados veículos da UFMT e um olhozinho lá pingando lágrimas, aquilo lá quer dizer que a UFMT está chorando, está desesperada, porque nós queremos encontrar a solução, mas a solução está aqui na Casa do Poder, onde nós, os Deputados Estaduais, Federais, Senadores e a população devemos levar avante e mostrar realmente para a população o que esse Governo está fazendo com as universidades públicas brasileiras, querendo transformar essas universidades públicas em supermercados do saber, onde só se estuda quando se paga.

Uma coisa é clara: muitos dos Senhores aqui presentes passaram pela UFMT como estudantes, com certeza muitos passaram lá como professores, temos, com certeza, filhos nossos, parentes nossos na UFMT e essa Universidade foi criada com a luta de todos nós, uma luta popular que clamou uma universidade pública, em prol do povo mato-grossense e em prol do povo brasileiro, no Estado de Mato Grosso.

E agora, companheiros, temos que ir à luta para que essa Universidade, que foi conseguida com muita garra e com muita luta, não feche, não seja privatizada, e é em nome dessa universidade pública que nós, servidores técnico-administrativos, professores, estudantes, estamos realmente engajados na luta, para que no dia 07 de setembro, no “Grito dos excluídos”, possamos mostrar para toda a comunidade mato-grossense, para toda a comunidade brasileira esse projeto de heteronomia que o Governo quer colocar no ensino das universidades públicas brasileiras.

Então, queremos conclamar os Srs. Deputados para que juntos com os sindicatos, com as entidades representativas possamos realmente engrossar as fileiras em Brasília, para que a Frente Parlamentar em defesa da universidade pública cresça e possamos realmente continuar com o ensino público, gratuito e de qualidade, tanto em nível estadual, em nível municipal, como em nível federal, para que possamos fazer uma luta juntos, para que a Universidade Federal de Mato Grosso, que foi uma luta de todos nós mato-grossenses, não feche as portas e que ela permaneça pública, gratuita para todo o povo brasileiro. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Queremos informar que por solicitação do Sr. Aldonso Pereira da Silva, Presidente do SINTUF, que acaba de fazer o seu pronunciamento e por iniciativa nossa, este mês ainda estaremos dando prosseguimento aqui na Casa a um debate público, sobre a questão dos servidores, dos técnico-administrativos e os problemas da Universidade Federal.

Estamos sugerindo ao Presidente da Comissão de Educação da Casa, que se crie uma Frente Parlamentar Estadual em defesa do ensino público (PALMAS).

Com a palavra, o Sr. Oreny Francisco da Silva, Presidente da CUT Mato Grosso, da Federação dos Bancários.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA - Sr. Presidente da Mesa, Magníficos Reitores, Srs. Deputados, professores, alunos, companheiros e companheiras aqui presentes.

Os trabalhadores de Mato Grosso, com certeza, não ficam contemplados apenas quando ouvem dizer, e um canal de televisão, hoje, dizia bem cedo que caminha aceleradamente um projeto garantindo que 50% das vagas da universidade sejam para alunos de escola pública!

Seria melhor que, ao invés desse Senador estar propondo um projeto dessa natureza, ele tivesse fazendo um verdadeiro debate do que é que a universidade pública precisa. Por que nós estamos dizendo isso? Porque, às vezes, esse projeto pode ser aprovado sem antes ter a certeza de que vai existir universidade pública neste País.

Esse projeto pode ser aprovado e, no entanto, o Governo está caminhando com passos acelerados, fechando a universidade pública, isto significa não garantir os recursos suficientes para sua existência, tanto a Universidade Federal quanto a Universidade Estadual, aliás, que depende exclusivamente do Estado de Mato Grosso, praticamente, para a sua sobrevivência.

Portanto, esta Casa tem maior responsabilidade sobre ela, porque nós já estivemos aqui, lotando essas galerias, para exigir a autonomia da UNEMAT. Nós já estivemos aqui, lotando essas galerias, para garantir que os recursos para a UNEMAT fossem assegurados.

No entanto, Sr. Reitor, com certeza - eu gostaria de ouvir depois qual está sendo a sua posição, mas sabemos, pelo que temos conhecimento, e os alunos já colocaram aqui, os professores já colocaram -, a UNEMAT está com dificuldade e esta Casa de Leis, portanto, tem a responsabilidade de garantir os recursos para que a UNEMAT seja de fato autônoma, que o Sr. Reitor e a sua administração não fiquem de “pires na mão”, dependendo do Secretário de Fazenda para fazer esse ou aquele pagamento, para fazer esse ou aquele investimento, mas que a comunidade universitária defina por si só o que é melhor para a universidade, que os Srs. Deputados dêem a essa Universidade a garantia de que ela possa investir nos vários municípios e aí, com certeza, os Senhores estarão cumprindo um Poder e garantindo a democracia interna dentro da UNEMAT.

Na Universidade Federal o embate vem sendo feito em nível nacional para garantir que a Universidade Federal de Mato Grosso, onde o Presidente da Mesa se formou, aliás foi na mesma escola que o Professor Ourives hoje dirige e que eu também tive a oportunidade de passar, a Deputada Serys Slhessarenko também passou por lá, pela mesma escola, e outros Deputados devem ter passado, aquela escola precisa continuar a existir! A Universidade Federal de Mato Grosso, por onde muitos de nós aqui já passamos ou já fizemos parte da vida dela de alguma forma, nós precisamos defendê-la porque é patrimônio da comunidade mato-grossense também. E aí, como eu diria, não basta apenas garantir a forma de acesso, é preciso garantir principalmente a forma de sobrevivência. E a sobrevivência da Universidade Federal não vai se dar apenas com a eleição e a posse do Reitor, vai se dar com as condições para evitar o vexame que tem acontecido ultimamente: “A Federal não vai ter condições de funcionar porque não tem energia, porque não tem condições de funcionamento, o dinheiro acabou, não tem como manter funcionando o laboratório da faculdade tal porque não tem dinheiro para a sua manutenção.” Isso é um vexame para Mato Grosso, é um vexame, não só para o Reitor mas para os servidores e para os estudantes mas é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

um vexame para todos aqueles que aqui vivem e que dizem que em Mato Grosso as coisas são feitas. As coisas devem ser feitas de uma forma séria, de uma forma responsável!

Então, todos nós temos a responsabilidade, inclusive os trabalhadores que, em última análise, são os usuários dos serviços dessa Universidade, seja através da frequência nas salas de aula, seja através dos serviços que ela presta ou deveria prestar muito mais à comunidade, seja através da garantia de que nós tenhamos espaço em Mato Grosso para o ensino, para a pesquisa, para a extensão. Isso é muito mais universal do que simplesmente pensarmos que quem vem aqui defender, enquanto professor, está defendendo porque quer continuar professor, e se o servidor está defendendo é porque quer continuar como servidor. Eu estou dizendo que nós temos, precisamos defender, porque não é esse o interesse apenas daqueles que vêm aqui defender. Porque eu, por exemplo, já me formei, não precisaria estar aqui defendendo corporativamente. Mas, por outro lado, não é esse o viés que se pode colocar. Temos que colocar a defesa da escola pública acima de qualquer interesse para que ela seja uma universidade pública que esteja aberta, de fato, para atender a população.

Nós teríamos muito mais a colocar, porque hoje em dia o debate que se faz é sobre quem entra na universidade. No entanto, os trabalhadores de fato estão na UNIC, na UNIVAG, na UNIRONDON, estão por aí nas universidades particulares, sacrificando o alimento da própria família para pagar um curso superior. E tantos outros que fazem vestibular, começam estudar e depois vêem que não dá para estudar na universidade particular, porque o custo é muito alto.

Precisamos garantir com recursos públicos a existência da Universidade Federal e da UNEMAT, para que tenhamos trabalhadores qualificados, com formação política e acadêmica para garantir uma sociedade onde nós possamos ser pensadores e autônomos também na hora de decidir os rumos da sociedade e da universidade.

Por isso, Srs. Deputados, esse apelo aqui vai para V.Ex^{as} que, nesta Casa de Leis, podem interferir. Eu já disse aqui outras vezes que V.Ex^{as}, na maioria das vezes, são os responsáveis para que os Senadores, Deputados Federais, o Presidente da República e todos os seus Ministros cheguem até lá. Não deixem que eles, chegando até lá ou estando lá, esqueçam que nós precisamos de universidade pública, gratuita e com autonomia para gerir os seus próprios destinos, e não precise ficar pedindo dinheiro para empresário, pedindo dinheiro para convênio com não sei quem, correndo, não sei para onde, atrás de dinheiro. Isso não é papel de reitor, de professor. Papel de professor, de reitor, de servidor, é garantir que essa universidade tenha qualidade de ensino, e não ficar, ao invés de fazer ensino, fazendo concorrência ou buscando dinheiro na rede privada.

É através do imposto que a iniciativa privada vai garantir o funcionamento daquilo que é público. Muito obrigado. Autonomia com seriedade! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Queremos comunicar a excelsa plateia que, por iniciativa nossa, o Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal, a OAB, estará debatendo aqui a questão do fechamento do Curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso. Já agendamos com a Bancada de Deputados Federais de Mato Grosso e Senadores, e também com o Senador Roberto Freire, uma audiência com o Ministro da Educação para tratar não só deste assunto como também da regulamentação do curso de Direito do *campus* universitário de Barra do Garças. Nós daremos divulgação deste debate sobre o curso de Direito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Com a palavra, o Sr. Fernando Nogueira, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso.

O SR. FERNANDO NOGUEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigo Reitor da UNEMAT, demais Deputados presentes, particularmente a Deputada Serys Slhessarenko, que teve a iniciativa de propor esta Sessão que hoje se realiza com a aquiescência desta Casa, demais lideranças já nominadas, alunos, sindicalistas, comunidade universitária tanto da Federal quanto da Estadual.

Eu me permitiria, na condição de Reitor, e mais ainda na condição de professor, tentar pautar a minha fala de forma acadêmica, tentando absorver todas as falas que me antecederam e avançar um pouco mais nas questões que foram colocadas.

Em função da última fala do Sr. Presidente dessa Mesa, eu aproveitaria para dizer que é oportuna a discussão sobre todos os temas da Universidade Federal de Mato Grosso, mas eu tranqüilizo a todos, porque já é público, que a Faculdade de Direito, após a última avaliação, já teve o conceito suficiente para que ela esteja fora de qualquer possibilidade de fechamento ou de descredenciamento. Contudo, não só a Faculdade de Direito, mas o conjunto das demais faculdades, carece ainda de investimento.

Então, todas as ações que forem feitas pelo Poder Legislativo no sentido de melhorar as condições serão todas bem-vindas e a comunidade estará presente.

Eu gostaria de encaminhar objetivamente, contando com a paciência de todos, e falar um pouco sobre a universidade pública gratuita de qualidade. Todos nós falamos e queremos uma universidade pública gratuita de qualidade, mas há um conjunto de distorções e de equívocos nessa interpretação. Eu pude observar na última entrevista dada pelo Presidente da República que, quando perguntaram se ele iria privatizar a universidade, ele colocou que ninguém iria querer comprá-la. Não é essa lógica de privatização que nós estamos questionando. Se fosse essa lógica, poderia dizer provavelmente que ninguém quer comprar porque ela está sucateada e sem superávit, mas não é essa lógica que nós defendemos na comunidade universitária. Nós defendemos que ela deve ser pública, porque ela deve estar atenta a todas as demandas sociais da sociedade, vai ter que estar atenta, portanto, a um desenvolvimento soberano do País.

Para isso, além dela formar profissionais de nível superior competentes, tem que formar competentes e comprometidos com a soberania do País. Lamentavelmente, muita gente não entende o que é soberania. É você escolher - de uma maneira muito lacônica e social - o seu próprio destino, com os seus próprios pés, com seus próprios sonhos e com as suas próprias possibilidades. Para poder participar dessa concorrência que esse mundo globalizado exige, nós temos que ter também a nossa ciência, a nossa tecnologia! Então, para ser pública, ela tem que ter Ciência, ela tem que ter Tecnologia e tem, portanto, além de formar profissionais, influenciar no dia-a-dia do País, quer seja através da tarefa mais assistencialista possível, quer através da tecnologia mais avançada em termos de patente.

É um equívoco imaginar que a nossa dependência do terceiro mundo é de tecnologia! A nossa dependência é de pensamento criativo, para se ter tecnologia, é preciso ter pensamento criativo.

Portanto, é preciso colocar cada questão no seu devido lugar. O que o Brasil precisa é de uma formação de nível superior que provoque e oportunize o pensamento criativo. Não se fala em Ciência e em Tecnologia, se você não tem o pesquisador! Daí surge

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

uma linha de raciocínio que mostra quão cruel é a política que se estabeleceu ao longo dos anos em nosso País. Como falar em pensamento criativo, se eu não invisto no pesquisador? Como falar em pensamento criativo, se eu não tenho uma política clara, inequívoca de investimento, para que eu esteja capacitando e qualificando a massa crítica do nosso País?

Vejam que eu não estou falando ainda na infra-estrutura para pesquisa, eu estou falando na condição fundamental que é o homem, para que ele possa gerar e saber.

Portanto, a universidade pública, é essa universidade que deve ser defendida! Quando a gente fala pública e gratuita, é porque são duas questões distintas! Ela não é pública porque é gratuita! Muita gente entende que ela é gratuita, ou pública, melhor dizendo, porque não cobra dos alunos. Não! Ela é gratuita por ser pública, no sentido de que nós temos um País com uma carência enorme de Educação, particularmente, do nível superior. Então, por ser pública, ela tem que ser gratuita para que mais e mais cidadãos possam ter acesso ao ensino superior. Ela precisa ser de qualidade não para tirar a, b, c, ou a mais no Provão. Ela precisa ser de qualidade para ser pública, para poder interferir nas políticas públicas, para poder avançar na Ciência e na Tecnologia, para poder fazer com que haja o princípio federativo no País. Para que nós possamos ter no Acre, na Paraíba, no Mato Grosso e em todos esses rincões do País, condições de desenvolvimento.

É preciso entender porque nós defendemos a universidade pública, gratuita e de qualidade, antes de falar em autonomia.

Em segundo lugar, eu gostaria de comentar rapidamente a crise pela qual passa a Universidade Federal de Mato Grosso. Eu tenho sido um pouco criticado por estar tornando pública a crise da Universidade, mas sinto-me muito à vontade. Eu acredito que como Reitor e como cidadão eu tenho a obrigação de tornar pública, quais são as conseqüências dessa política governamental para o ensino público e gratuito e de qualidade no País.

Eu faço questão de tornar pública essa crise para que a sociedade, para que o Parlamento, tomem conhecimento de que urge uma ação muito mais dura, muito mais enérgica, muito mais urgente, que seja levada a efeito, não só pela sociedade civil, não só pelas lideranças organizadas mas, sobretudo, pelo Parlamento, porque é ele que detém o poder de definir as leis e definir o Oçamento que nós temos. Se o Congresso Nacional, para o Orçamento do ano 2000, alocar os recursos necessários para ensino público gratuito de qualidade no País, tenho certeza que a nossa comunidade responderá com competência.

Portanto, sinto-me à vontade no dever da cidadania em tornar pública a condição da Universidade Federal de Mato Grosso. É constrangedor? Obviamente que é. Nós temos uma Universidade Federal de Mato Grosso que completa agora em dezembro vinte e nove anos de desafios, de sucessos e de contribuição.

Eu tenho dito que cada um de nós aqui em Mato Grosso, em uma amostragem, que cada um de nós aqui presente tem não só a responsabilidade com a Universidade Federal de Mato Grosso, assim como a UNEMAT, mas eu falo particularmente da Universidade Federal de Mato Grosso, na condição de Reitor, porque cada um de nós tem um tipo de vínculo de paixão com a nossa Universidade do Estado de Mato Grosso. Quer porque fomos alunos da Universidade, quer porque fazemos parte da Universidade, quer porque temos filhos, parentes, amigos na Universidade, quer por ela estar contribuindo efetivamente para o desenvolvimento deste Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Portanto, nós não podemos perder de vista essa expectativa e essa perspectiva. Obviamente que por todas as gestões que nós estamos fazendo no MEC - passei o dia inteiro ontem fazendo reuniões - virão recursos, mas eu preciso tornar público que os recursos estão vindo insuficientes, estão vindo atrasados. Como bem colocou o orador que me antecedeu, não é tarefa do Reitor estar procurando que o Governo repasse em dia aquilo que lhe é devido, que eu tenha de estar de “pires nas mãos” para inquirir o que já me é de direito e que aliás já é insuficiente.

Essa crise da limpeza é administrável, mas é preciso tornar-se público que a Universidade precisa do apoio de todos, precisa do apoio, sobretudo, do Parlamento. No próximo dia 10 provavelmente virá recurso, vai depender da área econômica, e eu quitto as dívidas mais emergenciais e continuamos sobrevivendo. A denúncia é no sentido de que a universidade precisa viver e não apenas sobreviver.

Então, por conta dessas primeiras explanações mais didáticas do que mesmo provocativas, eu diria que, embora contraditório, a maior resistência da universidade pública no País é se negar a parar de crescer. Ela tem que continuar crescendo, ampliar o número de vaga. Ela tem que discutir *interna corporis* e ver como ela pode tornar as suas teorias úteis.

Eu tenho dito à nossa área científica, que é responsável pelo avanço do saber, que nós não podemos ficar apenas avançando em direção das publicações, dos *papers*, que são fundamentais para que a universidade seja universidade, mas é preciso avançar mais e fazer com que este saber alcance o dia-a-dia no País.

Que bom será o dia em que as universidades públicas conseguirem, porque competência elas têm, influenciar nas políticas públicas. E aí eu faço uma crítica pública, o que já fiz em vários momentos, como por exemplo, para fazer o Plano Plurianual que foi apresentado ontem, foram contratados pesquisadores, consultores internacionais. Nós não temos no nosso País pessoas qualificadas para fazer isso? Claro que temos.

Vejam bem, para se falar em autonomia, chegando no tema da ordem do dia, é preciso entender autonomia para que universidade? A que eu defendo, eu já tornei público. Segundo, para se falar em autonomia é preciso ter recurso.

Então, são duas condições preliminares ou pré-condições para se discutir autonomia: ter dinheiro público suficiente para que a universidade cresça e cumpra o seu papel, enquanto universidade pública gratuita e de qualidade. Compreendidas essas questões, aceitas essas questões, fica muito mais fácil a gente começar a discutir.

Por estas razões é que a comunidade universitária de uma maneira abrupta, e não foi uma questão articulada, as comunidades universitárias, os movimentos sindicais, os reitores, sem articulações, foram contrários ao Projeto de Lei apresentado ao Governo. Primeiro, porque ficou claro que foi um Projeto de Lei feito às pressas por várias mãos de várias Ministros. Fazendo uma avaliação criteriosa, do ponto de vista jurídico, da coerência deles, cabe um conjunto de críticas, porque ele não avança no sentido da universidade que nós defendemos. Embora aceite que ele comece com um patamar de recursos aceitáveis, ele não dá a menor segurança de que no ano que vem esses recursos estarão assegurados. Pelo contrário, a peça que está indo para o Congresso já reduz os valores para a universidade. E vocês se lembram que a partir da possibilidade de justificativa de oscilações das Bolsas pelo mundo inteiro - e o mundo é grande, tem Bolsa prá caramba, cada ano se escolhe uma - nós não tivemos mais suplementações. A crise maior da Universidade Federal começou o ano

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

passado, quando nas propostas de bolsas não houve mais suplementações - Bolsas que eu digo, oscilações do mercado especulativo, porque bolsas para ciências e tecnologias essas continuam também decrescendo.

Portanto, eu devo registrar que foi uma satisfação quando o conjunto de informações chegou até o Sr. Ministro Paulo Renato e ele entendeu de não encaminhar aquele Projeto para o Congresso. O Projeto está sobrestado, não sei até quando, continuamos tentando nos articular com os Reitores, com os movimentos sindicais, com os Parlamentos, com a Frente Parlamentar, na possibilidade concreta de não encaminhar mais aquele Projeto, mas de encaminhar um outro que possa atender as nossas expectativas.

Portanto, eu finalizarei a minha fala apenas deixando a título de referência, sem negar nenhuma das outras possibilidades, três aspectos que eu julgo que são fundamentais para que a universidade possa continuar sendo pública, gratuita, de qualidade, se expandindo, que são: financiamento público em valores suficientes e públicos, a possibilidade de que em respeito ao princípio federativo no País, as universidades, não importa que estejam no eixo Rio-São Paulo, no Acre, na Paraíba ou em Mato Grosso, sejam tratadas isonomicamente ou seja, cargos, carreiras e salários iguais, para que nós possamos respeitar o princípio federativo e, por fim, dotar a universidade de condições - se for por ente jurídico especial, isso fica mais para os juristas do que para os educadores - para que ela possa fugir das amarras que nós temos hoje.

A universidade não tem o mínimo de autonomia, ela não pode repor vagas, ela não pode fazer economia em um programa para investir em outro, ela não pode sequer fazer planejamento, porque existem normas e legislações que obrigam que, aquilo que tiver de saldo em 31 de dezembro, deve retornar automaticamente para abater na dívida pública do País, que é impagável, vai para seiscentos bilhões ou quase, me parece, agora.

Então, vejam bem, se tivermos financiamentos estatais suficientes, se tivermos a mobilidade de gestão... Que sejamos cobrados pela sociedade, que possamos uma vez por ano minimamente estar neste Parlamento prestando contas, e que nós façamos jus ao título de universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa é a universidade que nós defendemos.

Eu deixo ainda a minha convicção de que, se mais uma vez as condições estruturais, conjunturais, exigirem que a universidade pública se mobilize e defenda o espaço público, não tenham dúvida, ela o fará. E, pela experiência que tem e por essa mobilização que está acontecendo agora, certamente, ela será vitoriosa. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPPO) - Com a palavra, o Reitor Arno Rieder.

O SR. ARNO RIEDER - Bom-dia a todos! Presidente Deputado Humberto Bosaipo; Deputada Serys Shessarenko; Deputados Nilson Leitão, Gilney Viana, Rene Barbour, Hermínio J. Barreto, Silval Barbosa, Joaquim Sucena, Benedito Pinto, Milton Rodrigues, Riva e Carlão Nascimento; Reitor da Universidade Federal, Sr. Fernando Nogueira; professores da Universidade Federal de Mato Grosso; todas as instituições de ensino superior, do ensino estadual e municipal presentes; acadêmicos; funcionários das universidades; da Assembléia Legislativa; dirigentes dos sindicatos e associações; outros representantes da sociedade em geral; demais autoridades aqui presentes; senhores e senhoras.

As falas anteriores já nos deram oportunidade para refletir sobre várias questões a respeito da autonomia da universidade e a respeito da situação que as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

universidades públicas no País estão passando. Aliás, até faço referência a uma fala que teve aqui, onde se mencionou que o problema, na verdade, não se limita às universidades públicas do Brasil! O problema é até mais amplo! As universidades brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, estão num momento difícil, num momento de crise...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA)
- Eu peço licença ao Magnífico Reitor para convidar o nobre Deputado Rene Barbour para assumir a direção dos trabalhos, em virtude de estarmos filiando o Senador Blairo Maggi no PPS, e, neste momento, ele se encontra em meu gabinete, como membro do Partido, por isso eu tenho que estar lá.

Peço licença à platéia.

Passo a direção dos trabalhos ao nobre Deputado Rene Barbour.

Muito obrigado!

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:32 HORAS)...

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Continua com a palavra, o Sr. Reitor Arno Rieder

O SR. ARNO RIEDER - Muito obrigado.

Nós encontramos menções em vários textos ao se fazer leitura sobre autonomia universitária, e encontramos até uma certa riqueza de texto, inclusive com acesso na *Internet*, discussões em várias universidades de várias instâncias do País, sendo produzidas, encontra-se algumas menções interessantes, algumas referências interessantes. Uma das referências, e que é uma constatação no mundo todo, é que não há país desenvolvido com universidades subdesenvolvidas. Isso nos leva a uma reflexão profunda, e uma outra referência que está na discussão do nosso cotidiano também é que, no momento e para o próximo século, um dos instrumentos mais poderosos para a humanidade é o domínio e o acesso à informação.

Portanto, é o recurso humano, é o desenvolvimento do recurso humano. É a oportunização para que esse recurso humano, quer dizer, o maior capital, o capital mais rico, o mais esperançoso para a humanidade poder suprir as suas deficiências, resolver os seus problemas, é investir no recurso humano.

É difícil imaginar um Município, um Estado, um País, enfim, uma Nação, ter como meta o seu desenvolvimento, o seu progresso, se não colocar como prioridade número um o investimento forte no recurso humano. É dele que depende todo o resto.

Sem dúvida, nós estamos vendo o investimento no recurso humano como prioridade número um para qualquer Estado se desenvolver.

Bem, fazendo algumas referências à autonomia universitária, embora já tenha sido bastante abordada, discutida e tal, mas vale dimensionar inclusive a origem da palavra. A autonomia vem do grego, na época, os gregos, há mais de mil anos, já discutiam a autonomia universitária. Ela vem do grego em que o vocábulo auto seria o próprio direcionamento, um direcionamento sem estar dependente de outro, uma direção própria, e nomia quer dizer uma regra, uma lei. Então, esse seria o significado.

Mas na interpretação atual, quando se fala em autonomia universitária, devemos ter a clareza de que a referência da autonomia é o benefício da sociedade e não da própria instituição. Quando as universidades reclamam, as pessoas que discutem a autonomia universitária, elas têm claro em si que o beneficiário é a sociedade. Esta luta que nós estamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

desenvolvendo é para que esta sociedade tenha oportunidade de encurtar os caminhos, de resolver os seus grandes problemas através desta instituição.

Uma das formas mais poderosas para reduzir as desigualdades e injustiças sociais, sem dúvida nenhuma, nesse enfoque, é através da educação e da oportunização de acesso ao ensino superior e à pesquisa. Daí a importância das universidades, e principalmente das universidades públicas, porque, ao contrário do que muitos mencionam de que os países desenvolvidos estão mais alicerçados nas universidades privadas, isso efetivamente não é uma verdade. Pode até acontecer alguma exceção neste mundo, mas se nós formos fazer referência ao próprio Estados Unidos nós vamos verificar que as informações efetivas são que 80% dos acadêmicos de ensino superior estão ou já estiveram ou já passaram por universidades públicas. Além disso, o investimento que as universidades privadas fazem em pesquisa, e pesquisa de ponta, se formos ver a origem da fonte, uma boa parte dessa fonte é o próprio Estado.

São dados importantes que provocam inclusive uma reflexão interna, para não se fazer equivocadamente uso de algumas referências que precisam de um estudo mais aprofundado sobre o que está acontecendo no resto do mundo.

Eu acho que está muito claro, quando eu mencionei no início aquele texto de que não há um país desenvolvido que não tenha uma universidade, que tenha uma universidade subdesenvolvida. Então, isso vem muito atrelado.

A nossa esperança para o desenvolvimento, como depende do recurso humano, da capacitação do recurso humano e da solução das grandes questões, através da pesquisa, a universidade, a educação jamais poderá deixar de ser uma prioridade número um em qualquer política de Estado.

Bem, eu gostaria de fazer uma referência - se o Reitor Fernando me permite fazer uma menção ao que ele disse - reforçando que é difícil discutir autonomia universitária, se não nos são garantidos os meios para que isso aconteça. É muito bonita essa discussão, muito interessante, pois provoca uma esperança efetiva na sociedade, a esperança de ter acesso à oportunidades, e que através disso se tenha a esperança de melhorar a sua qualidade de vida.

Eu gostaria de dizer que - se me permite o Deputado Rene Barbour - a Universidade do Estado de Mato Grosso, lá em Barra do Bugres, está oferecendo oportunidades para pessoas que, talvez, há alguns anos atrás, jamais pudessem imaginar que ainda teriam uma oportunidade de acesso a um banco escolar de nível superior, e hoje tem, graças a uma universidade lá presente.

Ao Deputado Silval Barbosa, de Colíder, quero dizer que em sua região, no mês de outubro, estaremos graduando uma primeira turma dentro do Projeto Parceladas, em três cursos. Quer dizer, são pessoas que, talvez, até a alguns anos atrás, jamais tiveram oportunidade, pessoas que deram a sua vida, durante vinte, vinte e cinco anos ao ensino, à educação, e aí, quase na hora de se aposentar, passam a ter efetivamente essa oportunidade. Isso contamina as pessoas, isso faz com que o entusiasmo, o otimismo dêem um outro dinamismo ao próprio processo de desenvolvimento da região. Mas, isso só é possível graças ao esforço, a uma tomada de decisão, em algum momento, de alguém, ou de um conjunto de pessoas que tiveram a visão, a coragem, de oportunizar às pessoas do interior o acesso ao ensino superior também e, graças a um esforço, também, tanto dos atuais Deputados como de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Deputados anteriores, que deram a sua contribuição, cada um da sua forma, talvez alguns de uma forma mais consistente, outro menos consistente - aqueles que deram um apoio menos consistente talvez tenha sido até por falta de informação.

Aí eu vejo a importância do papel da universidade e aqui cabe até uma autocritica das próprias universidades, que devem passar a oportunizar mais o fluxo de informações às lideranças da sociedade, aos Poderes da sociedade para que, em conjunto, na hora de uma crise, possamos estar efetivamente, em vez de estar dividindo forças, somando forças para superar o problema.

Gostaria de dizer que o grande problema da autonomia, volto àquela referência de que é preciso garantir os meios para que isso seja possível e aí entra o financeiro. Mas, além do financeiro, existem outros impasses, embora acreditemos que sejam mais fáceis de ser resolvidos, porque depende do Legislativo e o Legislativo já fez muitas demonstrações de boa vontade, de preocupação, de resolver problemas que são aspectos legais também.

Na verdade, um dos problemas que a universidade enfrenta hoje é que, de um modo geral, as universidades são regidas pelas normas, regras e leis gerais. Entretanto, as suas peculiaridades requerem uma evolução da legislação em alguns aspectos e aí dentro da própria autonomia há uma discussão nesse sentido, para que elas possam efetivamente não se sentirem engessadas para tomar as decisões importantes no momento certo, em momentos oportunos.

Embora esta discussão não descomprometa o controle, tanto interno como externo, isso deve existir, deve continuar a existir, sim. A sociedade deve exigir essa transparência porque o que garante a credibilidade é exatamente essa possibilidade da transparência.

Esses dias nós tivemos até essa oportunidade, numa abordagem até bastante áspera que tivemos com a Promotora de Justiça, Curadora das Fundações, quando ela fez uma abordagem específica de várias questões que estão irregulares dentro da instituição, como se fosse um problema específico, como se fosse apenas de competência do Reitor, de sua administração, como se apenas ele tivesse condições de resolver essas dificuldades.

No entanto, esse problema é bem mais amplo. Ele está, inclusive, no campo jurídico, e nesse aspecto de estarmos, por exemplo, no Estado, regidos pela “zero por ano”, e quando não se tem algo próprio, recorre-se à Lei Complementar n° 004, e quando não há referência nesta Lei, recorre-se a uma outra... Isso nos remete a grandes dificuldades para tomarmos decisões para soluções de problemas. Então, esse também é um outro aspecto.

Mas, efetivamente, de momento, de imediato, o grande problema para se conseguir implantar a autonomia e manter as esperanças de um atendimento razoável - não digo que esteja bom - é preciso avançar, inclusive, em termos orçamentários, no valor destinado às universidades públicas, e é importante que esse avanço exista. Inclusive, há uma proposta de alteração ao Artigo 246 da Constituição, apresentada pelo Deputado Silval Barbosa, passando de 1% para 2%.

Isso é de extrema importância para que, efetivamente, venha se concretizar, porque a partir dessa sinalização, desse marco, é que se tem condições de resolver os problemas já existentes dentro da Universidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Embora, a UNEMAT tenha conseguido alcançar alguns conceitos razoáveis dentro dos processos de avaliação existentes, por exemplo, no Provão, mas, internamente, numa autocrítica, até pelo reconhecimento da própria Comissão de Credenciamento, foram elencados vinte e oito itens a serem sanados dentro dessa Universidade, e há um prazo para isso.

Esse saneamento depende de recursos financeiros, pois, tem deficiência na área de biblioteca, nos laboratórios, na própria qualificação dos recursos humanos. É necessário um investimento mais agressivo nesse sentido. Isso, fundamentalmente, depende de viabilização financeira. Se não acontecer isso, nós estaremos indo para uma inviabilização muito próxima. Nós estaremos indo sim... Se a questão financeira não for resolvida, nós sequer teremos chance de implantar a autonomia, de pensar em autonomia. Nós estaremos reduzindo uma instituição que começou a dar uma nova esperança à população, e, no caso específico da Universidade do Estado de Mato Grosso, distribuída em dez grandes regiões do Estado de Mato Grosso.

Volto a mencionar que foi de extrema importância quando houve essa decisão, porque na nossa concepção isso foi até uma proposta revolucionária dentro do desenvolvimento existente até então, que era um modelo de desenvolvimento que, por várias razões, inclusive no formato da existência das universidades, nos grandes centros e nas capitais, ajudava a centralizar o processo, a concentrar o desenvolvimento, por um lado, drenando talentos do interior para esses centros onde iam estudar e depois uma boa parte se fixava por ali mesmo, ajudando a engrossar um outro problema também. Quer dizer, com esse fluxo migratório do interior para os grandes centros, as capitais, os problemas sociais passavam a se avultar também.

Então, no momento em que as universidades vêm e fazem ações no sentido de oportunizar o acesso ao ensino superior também no interior e não apenas na capital, elas evitam a drenagem de talentos do interior, quer dizer, estão contribuindo para a fixação, estão democratizando as oportunidades no processo de desenvolvimento no espaço geográfico do Estado. Por outro lado, estão contribuindo para que os problemas já existentes nos grandes centros se aliviem.

Esses dados que eu estou mencionando para os Senhores estão baseados num estudo recente que nós fizemos, junto às turmas do 1º semestre que estavam adentrando, no início do ano, nos mais variados cursos nossos. Perguntamos sobre a possibilidade efetiva naquele momento de estarem cursando ensino superior em um outro centro mais desenvolvido do que aquele onde estavam, se eles teriam naquele momento condições. Foi interessante o resultado. Em torno de 75% dizia que naquele instante não teria condições de ter acesso a uma outra universidade. Perguntamos também se tivessem a oportunidade de irem para um outro centro maior, se, ao se graduarem, estariam dispostos a retornar a sua origem. Um outro dado surpreendente: menos de um quarto, naquele momento, estava disposto a retornar à origem.

Portanto, isso reflete exatamente a importância que uma universidade tem ao dar oportunidade de acesso ao ensino superior num novo formato de distribuição geográfica. Está aí a Universidade Federal de Mato Grosso presente no interior também, contribuindo fortemente para oportunizar esse desenvolvimento. Está aí a UNEMAT com dez *campi* também neste sentido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Então, basicamente, eu vou fazer ainda uma rápida referência à proposta do Deputado Silval Barbosa relacionada à alteração da redação do Artigo 246 da Constituição Estadual, segundo o qual o Estado tem obrigação de aplicar no ensino superior, pelo menos, 1%, e, com essa modificação, então passaria a ser 2%. É de extrema importância a retomada dessas discussões!

A Assembléia Legislativa vem dando a sua contribuição ao processo, em várias gestões anteriores retomou esse processo, daí a importância disso. Isso significa viabilizar ou inviabilizar o ensino estatal no Mato Grosso. Aprovar ou não aprovar isso significa dar futuro para o ensino superior no Estado de Mato Grosso.

Um outro aspecto importante e, de momento, gostaria de aproveitar a presença, desculpem-me, dos Deputados principalmente. Nós apresentamos dia 10 de agosto nossa proposta orçamentária que procurou ser a mais enxuta possível, ser “pé no chão”, real, reconhecendo as dificuldades do Estado, de arrecadação, mas tentou-se, pelo menos, vamos dizer, atender aquele mínimo emergencial necessário.

Um dos grandes problemas da Universidade Estadual de Mato Grosso é o seu plano de cargos, carreiras e salários. É um problema grave!

Para vocês imaginarem, nós temos pais de famílias, com compromissos, hoje recebendo salário mínimo da instituição. Pessoas que às vezes têm que estar à disposição a qualquer momento, a qualquer hora, submetendo-se a alto riscos e com salário mínimo. Algumas pessoas continuam ali, porque, claro, tem dificuldade de achar outra oportunidade. Nós temos, em consequência disso, tido um outro problema: as pessoas, no momento em que acham uma oportunidade melhor, nos deixam, e, por isso, estamos com um quadro extremamente deficitário.

Estamos fazendo essa proposta de adequação, nós chegamos a um orçamento em que é necessário para o ano 2000 algo em torno de dezenove milhões e novecentos para a universidade em dez *campi* poder fazer o mínimo necessário, sem pensar em expansão. E existem muitas e muitas propostas de expansão, aguardando a instituição atender aquilo que ainda não está sendo atendido.

Nós estamos hoje à tarde sendo chamados lá na Secretaria de Planejamento, para que a UNEMAT faça um corte já, nesse momento, de cinco milhões. Isso, simplesmente, significaria inviabilizar a instituição, sequer a Folha de Pagamento será possível atender. Então, nós estaremos conversando hoje à tarde lá na Secretaria de Planejamento, tentando mostrar, sensibilizar, passar as informações necessárias e acredito eu que talvez haja a necessidade de informar qual é o mínimo que a UNEMAT precisa.

Nós sabemos que muitos dos Senhores, através das suas regiões, estão pleiteando a presença tanto da UFMT, como da UNEMAT, para ampliar essa expectativa, para as pessoas melhorarem a sua qualidade de vida, mas isso depende do financeiro. Além do mais, esses dezenove milhões que eu mencionei é sem pensar em expansão.

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa, para finalizar a minha fala, dos que provocaram, da Deputada Serys Slhessarenko, do Presidente, de todos os Deputados, que nos deram esta oportunidade de discutir a autonomia universitária, trazendo também informações sobre a situação das universidades, o que é necessário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Para finalizar, eu acredito que é através da universidade que a sociedade pode ter efetivamente uma esperança de melhorar a sua qualidade de vida e resolver de uma forma mais acelerada os problemas de injustiça social. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Esta Presidência registra com satisfação a presença do Deputado Pedro Satélite.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Magníficos Reitores da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Estadual de Mato Grosso, colegas Deputados, colegas do mundo acadêmico, especialmente da Universidade Federal de Mato Grosso, com os quais nós temos convivido e aprendido; colegas da UNEMAT, com os quais nós temos terçado idéias em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade; professores; representantes corporativos legítimos, legítimos, repito, do estudantado, dos servidores técnico-administrativos e do corpo docente.

Eu não vou reproduzir as falas anteriores, mesmo porque nós estamos caminhando aqui para um grande afunilamento de idéias sem grandes divergências, embora, muitas vezes, com enfoques diferenciados.

Eu vou me permitir colocar dois pontos, rapidamente, atendendo, inclusive ao puxão de orelha do meu Presidente, Deputado Rene Barbour, que falou: “Olha, eu vou lhe dar a palavra, mas você fala pouco!” Então, eu vou atender isso, porque eu quero ser objetivo com relação a dois pontos, dois desafios que estão impostos, sobrepostos, à universidade brasileira, em especial às universidades públicas.

De certa forma, a Vilma, representante da direção nacional da ANDES, *en passant*, tocou nesse desafio e o Professor Fernando Nogueira também. O desafio mais conhecido e mais abordado é o da universidade como foco de resistência a essa modernidade aniquiladora, da idéia da universidade e da universidade das idéias.

Tem uma expressão política - me perdoem aqui os Srs. Deputados que acreditam nesse tipo de política nesse modelo, ideologicamente, ou teoricamente classificado como neoliberal - que está expressa no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Aqui sim, eu presenciei quando Deputado Federal e estou presenciando agora enquanto Deputado Estadual, mas antes eu presenciava, como docente da Universidade, enquanto aluno, enquanto servidor técnico-administrativo que fui - e o Aldonso era da nossa época - quando nós pelejamos para transformar o SINTUF, da antiga associação, em foco de resistência cultural! Essa resistência, mais do que política, ela é cultural, é resistência a esse modelo que não privilegia o centro de pensamento diverso, em diversidade.

Eu acho que esse papel da universidade tem sido cumprido com muita garra, em uma situação de adversidade financeira, de cerco, literalmente de cerco, e é por isso que nós estamos numa posição de resistência.

Então, eu estou entre aqueles que admitem que possamos ser derrotados, mas não sem luta.

Muito me honra saber que o reitorado, tanto o Professor Fernando Nogueira como o Professor Arno Rieder, têm essa compreensão. E, neste momento de fatalismo escatológico, que divide em morte para a universidade, nós temos falado a mesma língua. Eu fico muito feliz com isso. Neste momento, é possível falar assim: podemos até ser derrotados, mas não ceder.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Porém, o outro desafio, eu acho muito maior do que este, e aí eu vou me permitir entrar na minha seara, que é a seara do paradigma civilizatório, que é o desafio para o qual toda a humanidade está sendo colocada em xeque. E, para responder a esse desafio, os centros de pensamentos, especialmente as universidades, têm um papel fundamental.

Eu, às vezes, saio aqui da Assembléia Legislativa, como saia do Congresso ou das lides partidárias, e quando encontro com o pessoal da Universidade ou das universidades eu me rejuvenesço, porque existe, e esta é a coisa mais cruel neste momento histórico, existe uma potencialidade tão grande nas nossas universidades que nos desanima quando a sociedade e o poder público não a valorizam, mas nos anima em saber que ali tem uma reserva capaz de alimentar a Nação, para superar esse desafio civilizatório e até da humanidade.

Eu poderia citar exemplos, poderia, do que se tem. Agora mesmo eu tinha procurado o Professor Domingos, falei: olha, Domingos, para examinar aqui... Eu não sei, tem vários segmentos sociais organizados que demandam a Universidade, por saber como demanda uma unidade. Eu já observei isso em vários *campi*, em Alta Floresta, em Nova Xavantina, em qualquer lugar.

A sociedade demanda! Ela sabe que pode buscar na universidade uma assessoria, uma consultoria, uma idéia, e pode buscar na diversidade de idéias. Isso é fundamental! Isso é fundamental! E, se nós temos esse potencial, então, esse desafio está aceito, não só pela universidade, mas por todos os pensadores que pensam, e todos pensam na diversidade, para superar esse desafio de um novo paradigma civilizatório.

Eu não vou teorizar sobre isso, porque o nosso Reitor poderia depois querer me punir quando eu fosse lá voltar às minhas lides universitárias, e o nosso Presidente pode bater a sineta. Mas, eu vou mostrar como vejo esse desafio reduzindo o foco a uma particularidade.

Eu estava, ali, fazendo umas contas, enquanto falava o Reitor, meu colega de doutorado, Arno Rieder, e ele é hoje Reitor lá na Universidade Estadual. Eu estava fazendo as contas porque eu queria citar esse desafio.

Olhando as estatísticas de foco de queimadas em Mato Grosso, na Amazônia e no Brasil, no período de junho, 1º de junho a 31 de agosto de 1998, 1999, na Amazônia Legal, nós tivemos, em 1998, 93,09% dos focos existentes do Brasil; em 1999, nós tivemos 61,22%. Grande vitória! Cuidado! Aqui, nós registramos números do mundo acadêmico, nós temos que ter cuidado na leitura dos dados.

Mas, pegando Mato Grosso no contexto da Amazônia Legal, nós tivemos, em 1998, nesse mesmo período, 61,88%; em 1999, nós tivemos 62,25%. Não obstante, os números absolutos tenham decaído.

Então nós, aqui de Mato Grosso, estamos sendo desafiados para resolver um problema civilizatório, como os processos produtivos, consultivos, modos de vida, possam ser mudados desse parâmetro, que é parte de um outro paradigma maior de civilização.

Eu diria assim: a Universidade Estadual precisa dedicar-se a isso. A Universidade Federal precisa dedicar-se a isso, tem que resolver esse problema. O problema da queimada? Não, esse é apenas um problema que nos arde os olhos, mas, muito maior do que isso, é o problema do paradigma de uma outra civilização que seja sustentável. E esse nos arde a alma! Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - A Presidência concede a palavra ao nobre Deputado Milton Rodrigues.

O SR. MILTON RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Reitores da Universidade Federal, da Universidade Estadual, lideranças sindicais do Estado, professores:

Estamos aqui atentos observando a situação que se encontra hoje as universidades públicas estaduais e federais. Mas se nós analisarmos hoje a família, eu diria assim, a sociedade em geral, eu sempre enquadro o lado da família brasileira, que se encontra hoje num quadro de descrença, desesperança, desamor, e nós temos percebido isso em todos os segmentos da sociedade.

Falaram aqui em desenvolvimento de tecnologia própria, enfim, falaram de diversos assuntos, mas aproveitando e até sendo solidário às palavras do Professor Fernando Nogueira, Reitor da Universidade Federal, quando ele questionou a situação do desenvolvimento próprio de tecnologia. Nisso nós percebemos que, infelizmente, o maior problema no nosso País é a moral, é a não preocupação com o amanhã, o que dá a impressão de que aqueles que conseguiram até o momento, ótimo, estão felizes, mas que se dane o futuro.

O meu ponto de vista é que nós não podemos ficar omissos nessa luta. Na condição de Deputado Estadual, do segmento do qual eu faço parte e venho para esta Casa - venho de um segmento evangélico muito criticado, às vezes, em algumas ocasiões, no País e no mundo, que chama-se Igreja Universal do Reino de Deus. Mas, por que somos criticados? Porque nós não nos conformamos com a situação em que nos encontramos. Nós não aceitamos a miséria bater a nossas portas. Nós não aceitamos crianças na periferia de Cuiabá, de quatro, cinco anos de idade, morrendo com problemas de verminose. E nós temos percebido o empenho dos acadêmicos da área de Direito da Universidade Federal, da UNEMAT, dos Acadêmicos da área de Medicina, procurando contribuir com essa sociedade carente.

Srs. Reitores, no Congresso Nacional esse segmento - Igreja Universal do Reino de Deus - conta hoje com dezesseis Deputados Federais, que têm essa preocupação de manter as universidades, de combater, de fato, a privatização das universidades federais e estaduais, porque nós sabemos, como nas nossas igrejas, em que todos os dias temos pessoas pedintes, temos pais preocupados, porque não conseguem manter a mensalidade da universidade particular em que o filho estuda, preocupados com o futuro do filho.

E nós acreditamos, sendo, mais uma vez, solidários às palavras do Reitor da Universidade Federal, que é fácil analisar a situação.

Dá a impressão de fato, Professores, que querem castrar, criar a maior restrição possível no desenvolvimento da inteligência do brasileiro. Nós temos muita gente competente neste País. E, com certeza absoluta, se nós lutarmos para que, de fato, as universidades estejam oferecendo as melhores condições, decentralizando - como o Prof. Fernando falou, como o Reitor da UNEMAT comentou aqui - pois, na verdade, tem que haver a descentralização.

Nós temos, na condição de mato-grossense, que lutar pela educação do nosso Estado, o melhor possível. Hoje eu tenho um casal de filhos que estuda na escola pública. Nós temos percebido que a cada momento que passa está havendo um conformismo por parte de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

muitos representantes políticos nos Poderes Legislativos Municipal e Estadual, no Congresso Nacional.

Conversando com o Gustavo, num programa de televisão, no Canal 5, comentei justamente a possibilidade de abrir este espaço, onde também levei a Deputada Serys Slhessarenko, para que nós possamos somar forças, da melhor forma possível, para que venha, de fato, renovar as esperanças, reativar, fazer com que aquelas pessoas que têm conhecimento não fiquem omissas desse processo e possam ir à luta em defesa da universidade pública.

E, na nossa condição de Deputado Estadual, quero me colocar à disposição dos Srs. Reitores, dos professores, enfim, de toda a sociedade, de todas essas lideranças que estão aí em defesa da universidade pública.

Quero aqui encerrar as minhas palavras dizendo que, do nosso ponto de vista, nós jamais devemos nos conformar com a situação.

Eu disse, quando tomei posse aqui nesta Casa, que o nosso voto aqui, quando o Governo apresentar algum Projeto, primeiro vamos analisar, discutir, e, se trouxer benefício à sociedade mato-grossense, principalmente aos segmentos desfavorecidos, nós vamos dar apoio, do contrário, nós vamos votar contra, porque nós não aceitamos nenhuma medida antidemocrática, não aceitamos que aqueles que se dizem verdadeiros intelectuais possam criar restrições e castrar a inteligência do povo brasileiro. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Com a palavra, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de registrar que esta Sessão Especial foi solicitada por representação de lideranças das nossas universidades, foi apresentada por nós, mas foi aprovada pela unanimidade dos Srs. Deputados. Portanto, nós precisamos registrar esse fato.

Eu gostaria de saudar os Magníficos Reitores da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Estadual de Mato Grosso, os Srs. Professores, os Srs. servidores, os Srs. estudantes das nossas universidades, o Presidente da CUT, os demais sindicatos e representações enfim, todos os presentes.

Eu prometo, Sr. Presidente, ser bastante breve até porque muito já foi dito, muito já foi falado, mas as nossas universidades merecem, precisam hoje que muito mais ainda se diga e, principalmente neste momento, que muito se diga, que muito se faça em termos de resistência.

Eu queria dizer aqui da fala da nossa querida companheira Vilma, professora da nossa Universidade Federal até a última fala do Deputado Milton Rodrigues, que todas foram numa mesma direção. Não teve ninguém aqui contestando contra as nossas universidades.

Eu gostaria de dizer que eu gastei muita sola de sapato pelas ruas de Cuiabá, ainda todas elas com - não era asfalto - paralelepípedo, apesar da minha juventude, não é gente, vamos devagar, apesar de minha juventude, senão vai ficar complicada minha situação.

Gastei muita sola de sapato...Você também, não é Vilma? E aqui eu poderia citar vários outros, com quem há mais de 30 anos caminhávamos pelas ruas, pedindo, exigindo a universidade para Mato Grosso. Nós não tínhamos, aliás, nós só tínhamos a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Faculdade de Direito - Faculdade não sei o que de Direito, ela tinha um nome mais cumprido um pouco, mas tinha só a nossa Faculdade de Direito.

Depois veio o CLC, posteriormente, mas eu não vou fazer história aqui, porque senão - o Deputado Rene Barbour já está olhando para mim - vou demorar muito porque a história é cumprida, mas ela é bonita...

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Deputada Serys Slhessarenko, depois eu respondo.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Eu estou brincando, Deputado.

Mas, eu me lembro perfeitamente uma noite - agora eu não vou lembrar a data, porque eu pensei em falar isso agora - em que nós nos dirigimos para um local ali para a banda do Coxipó, à esquerda de uma estrada de difícil acesso. Era difícil passar por aquela estrada, era a nossa saída daqui em direção a São Paulo, mas era uma estrada difícil, cheia de buracos, de terra... Imaginem, não existia nenhuma rua asfaltada, iria ter entrada por quê? Dirigimo-nos com dificuldade ainda para aquele lado esquerdo, rumo ao Coxipó. Bairro Boa Esperança? Nem se pensava na existência dele! Então, não existia nada por ali! E, eu me lembro perfeitamente que, junto com os discursos de políticos e com uma saraivada de fogos de artifício, foi lançada a pedra fundamental da Universidade Federal e ali começou a sua história.

Eu, como sempre digo, sou professora da Universidade Federal e estou Deputada, por isso sou, realmente, muito suspeita para falar. Mas, nessa defesa da Universidade, nós temos que entrar para valer, no primeiro momento ou junto, eu não saberia nem dizer como, contra a privatização. A minha preocupação maior é a privatização, porque com privatização, tanto da Federal quanto da Estadual, essa preocupação vale para as duas...

Tem gente que diz assim: "Ah, Deputada, mas isso é uma coisa distante, isso não está muito ventilado, etc, etc". Teve muita coisa neste País, muito patrimônio público que estava calado e, de repente, intempestivamente, nós nos vimos despossuídos deles, perdidos! Simplesmente, eles nos foram arrebatados e foram privatizados. Quantas empresas!

A mesma coisa eu temo pelas nossas universidades. Ai, não é só pela Universidade Federal, não, pela Estadual também, porque o projeto é o mesmo, *ipsis literis*, ele é cumprido em nível federal e ele é cumprido em nível estadual.

Portanto, Senhores aqui presentes hoje, sei que são lideranças, sei que são pessoas que têm realmente um poder de mobilização, de luta, junto a todos aqueles que participam, que fazem parte da nossa Universidade e da população de Mato Grosso, como um todo, e porque não dizer da população brasileira, porque a Universidade é um patrimônio do País, é claro que com as suas especificidades em cada Estado, em cada região.

Nós temos que estar muito alertas, extremamente atentos. Quando o aluno da Universidade Federal aqui fez um discurso, chamando a atenção, em grande parte, ele praticamente - alunos de fora poderão dizer que ele não falou na Universidade - deu o pano de fundo para todas as possibilidades que nós podemos vislumbrar pela frente. O pano de fundo foi feito por ele, com a maior clareza, mostrando por que isso pode acontecer a qualquer momento com as nossas universidades. Essa questão eu não vou voltar a retomar por causa da delonga do tempo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Gostei de ver aqui a fala do Deputado Milton Rodrigues, quando se posiciona claramente em defesa da universidade pública. O Deputado Milton Rodrigues tem grande acesso aos meios de comunicação. Ele tem programas nos meios de comunicação televisivos, e isso chega à população.

Então, Deputado, certamente V. Ex^a pode prestar um grande serviço, talvez maior que todos nós aqui juntos, abrindo espaços, eu diria que quase permanentes para posicionamento na defesa das nossas universidades, do ensino público e gratuito, de boa qualidade em todos os níveis e, principalmente, no nível superior.

Eu deixo aqui esse apelo, porque V. Ex^a tem essa força e que V. Ex^a coloque-a à disposição. V. Ex^a já colocou, mas que isso seja uma realidade no nosso dia-a-dia...(PALMAS DOS PRESENTES)

Claro que nós, ao defendermos as nossas universidades, para que continuem públicas, que não sejam privatizadas, obviamente teremos que ter também a defesa de um projeto muito claro de universidade. E aí passa a questão da autonomia que foi muito bem colocada pela Professora Vilma, e por todos os outros que falaram, o Reitor, enfim, todos que se pronunciaram aqui.

Autonomia se faz necessária! Agora, junto com ela, ou talvez até antes dela, faz-se necessário que se salve essa nossa universidade. Quando eu falo a nossa universidade, é a universidade brasileira, pública e gratuita, que, realmente, serve aos interesses e às necessidades da grande maioria do povo brasileiro.

Eu digo sempre que quem pode, quem tem condições, quem poderá, quem fará, quem ajudará e quem contribuirá com uma proposta de desenvolvimento científico-tecnológico, que venha ao encontro dos interesses da maioria da população, serão as nossas universidades públicas. Não resta dúvida que só elas terão a visão do todo, só elas terão a compreensão do todo. E só quem compreende esse todo poderá alterar, modificar, esse todo. As universidades particulares, alguns dirão que podem, sim! Eu direi até que podem! Mas, certamente, farão de conformidade com os seus interesses e, às vezes, até bem pequenos, porque é de grupos, de grupos pequenos e interesses que servem apenas determinados grupos. Portanto, nós não podemos admitir a hipótese, a idéia, da privatização das nossas universidades. Não podemos!

Indo já para os finalmentes, porque eu prometi que iria falar pouquinho, nós estaríamos aqui propondo, já não como proposta da Deputada Serys Slhessarenko, mas, praticamente, de todos os Deputados. Conversei com vários deles, e posso citar o Deputado Hermínio J. Barreto, que se posicionou aqui ao “pé de orelha”, o Deputado Benedito Pinto, o Deputado Milton Rodrigues, o Deputado Joaquim Sucena, e haviam outros aqui também presentes, o Deputado Rene Barbour, o Deputado Gilney Viana. Com o Deputado Rene Barbour eu não cheguei a conversar, mas pela demonstração que ele sempre dá neste plenário, defendendo a Universidade Estadual como importante para os municípios da sua região - ele lutou muito para levar, realmente, a Universidade Estadual para a sua região - eu já estou tomando a liberdade, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Eu estou à disposição do Reitor Arno Rieder.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Eu já estou tomando a liberdade de dizer que V. Ex^a também está defendendo a idéia de uma Frente Parlamentar de Mato Grosso, com os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Parlamentares de Mato Grosso, para defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, da nossa Universidade Federal e a nossa Universidade Estadual.

Que os Deputados formem, realmente uma frente parlamentar não só no nome, mas uma frente parlamentar que pare e estude uma proposta, uma proposta de mobilização, uma proposta de atuação em todos os setores. Uma proposta em que nós possamos sair, por exemplo, hoje a tarde daqui - vai ser difícil formar essa comissão daqui para hoje a tarde- mas que possa sair, só para exemplificar, junto com o Professor Arno Rieder...(PALMAS), para ir à Secretaria de Planejamento e dizer que nós precisamos desse dinheiro, sim, que esse é o mínimo essencial.

Está aqui, olhem o que eu trago aqui...

(NESTE MOMENTO, A DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO MOSTRA UM DOCUMENTO AOS SENHORES PRESENTES).

A SR^a. SERYS SLHESSARENKO - É o quadro comparativo da arrecadação estadual do ICMS.

Só para exemplificar, Professor Arno Rieder, eu não sei se o Senhor tem, mas se não tem, eu lhe ofereço essa folhinha, porque eu acho que ela vai lhe ajudar hoje a tarde.

Em janeiro a arrecadação, só do ICMS, aqui tem de vários anos, mas eu só vou citar 1999, foi de setenta e cinco milhões; em fevereiro de sessenta e um, e em março de sessenta e oito. Em junho, foram noventa e cinco milhões, e em julho, noventa e cinco milhões e novecentos mil reais, praticamente noventa e seis milhões. Só de ICMS! Não vamos confundir com a arrecadação do Estado como um todo. Isso aqui já é um reflexo claro daquilo que está na Imprensa hoje, que foi aquela denúncia com relação ao Fisco, e está começando a sair os primeiros resultados, e o Ministério Público atuou para essa resposta da arrecadação.

Quer dizer, dinheiro, Professor Arno Rieder, eu estou falando aqui mais para ele, porque ele realmente vai ter trabalho com o Orçamento do Estado.

O Professor, o Deputado Benedito Pinto, que é também professor, se não de dentro da escola, da vida e das lutas...

O Sr. Benedito Pinto (FALA DA SUA BANCADA) - Da escola também.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - ...da escola também. O Deputado Benedito Pinto está me colocando que está todo mundo convidado para a audiência pública, na próxima quarta-feira, sobre o Plano Plurianual, que é o que respalda o Orçamento fundamentalmente. Então, é importantíssima essa audiência da próxima quarta-feira, para nós estudarmos o Plano Plurianual.

Isso aqui foi um parêntese apenas para dizer que nós certamente hoje, essa Frente Parlamentar não poderá já estar junto ao Reitor, ao Professor Arno Rieder e a comunidade da UNEMAT, na representação dos professores, aqui através do Professor Lourival, dos estudantes, dos trabalhadores, dos servidores da nossa UNEMAT, mas nós já estamos preocupados com isso e dizendo que dinheiro, que recursos existem, só há necessidade de determinação e vontade política.

Em relação a nossa Universidade Federal, que esta Frente Parlamentar, se necessário for, em determinado momento, vá a Brasília conversar com o Ministro da Educação, porque o Professor Fernando Nogueira disse que o Projeto ainda está lá. Espero que ele fique lá para sempre e que de lá ele saia para ir...

(ALGUNS PRESENTES NA SESSÃO SE MANIFESTAM DIZENDO: PARA O LIXO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - ...para o lixo...(RISOS). Já disseram aí. Eu não queria dizer, mas já disseram.

Eu digo que vá para o lixo, porque é realmente inadmissível que ele vá para o Congresso. Nós precisamos da elaboração de um outro projeto, isso, sim. E, para isso, essa Frente Parlamentar pode também contribuir.

E tem mais: Mato Grosso está extremamente envolvido, principalmente através dos Deputados Humberto Bosaipo, Riva e demais Deputados, que têm encabeçado muito essa discussão do Parlamento Amazônico. Vamos entrar com força total, essa Frente Parlamentar do Parlamento de Mato Grosso, com força, vontade e determinação total, para valer, para que o Parlamento da Amazônia defenda realmente as universidades da Amazônia, as universidades públicas, a universidade pública do Brasil como um todo, mas principalmente as que estão no contexto deste Parlamento Amazônico.

Eu quero crer, quero ter essa esperança de que nós vamos conseguir. Eu vou propor - estou propondo, não é uma proposta minha, vou fazê-la por escrito, mas vou fazê-la em nome das Lideranças Partidárias, que abrange todos os Srs. Deputados - a criação dessa Frente Parlamentar em defesa da nossa universidade pública, gratuita, de boa qualidade e democrática. É essa universidade que nós queremos. E essa Frente Parlamentar vai ter que realmente formar um grupo de estudos, chamando todas essas representações que aqui estão, porque aqui não está uma multidão, mas, por outro lado, está uma multidão, porque não está uma multidão em termos de número de pessoas, mas, se formos ver a representatividade de cada um que aqui está, nós temos uma multidão mesmo, em termos de representatividade aqui dentro do Parlamento hoje. Portanto, que essa multidão se faça presente junto a essa comissão para traçarmos propostas de atuação, projetos de atuação, formas de atuação para, realmente, salvaguardar e construir esta que é a única possibilidade de saída - do meu ponto de vista, a principal possibilidade de saída em termos de contribuição para a elaboração de um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico para valer para o País - claro que de conformidade com os interesses e necessidades da maioria da população do nosso Brasil.

Parabéns a todos que se fizeram presentes, porque, ao se fazerem presentes aqui, este Parlamento no dia de hoje passa, certamente, a ter um papel muito diferenciado com relação a sua participação na defesa da universidade pública - eu nunca me canso de dizer - gratuita, democrática e de qualidade. Muito obrigada (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Respondendo à brincadeira dos meus nobres colegas, Deputados Gilney Viana e Serys Slhessarenko, eu diria que os comparo àqueles homens, àqueles pessoas dotadas de inteligência que, escrevendo pouco, falam muito (RISOS). E V. Exªs usando um espaço pequeno, expressam bastante.

Não havendo mais oradores, a Presidência, antes de encerrar a Sessão, fará uso da palavra.

Magníficos Reitores Arno Rieder e Fernando Nogueira, Srs. Professores, Srªs. Professoras, representantes de classe, seleta platéia.

A Presidência se congratula com V. Exª, Deputada Serys Slhessarenko, por promover esta Sessão Solene, muito útil para que todos se conscientizem. Era preciso que estivessem aqui até todos os Srs. Deputados, porque nós temos que socorrer o ensino.

Estejam certos, Srs. Reitores, Srs. Professores, que a Assembléia Legislativa está ao lado desta argumentação, mas o Poder Legislativo tem suas limitações. Nós não podemos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL CONVOCADA PARA DEBATER A AUTONOMIA DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

criar despesas, porque o Governo tem o poder do Veto e da representação ao Judiciário, se tomarmos medidas inconstitucionais, como seja a proibição pelas nossas Constituições Federal e Estadual de criarmos despesas.

Mas estamos conscientes da necessidade de se fazer um apelo ao Governador. A Bancada do Governo, através do seu Líder, deve fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado, fazendo-o ver que o ensino superior não comporta esse corte, principalmente esta denúncia que vem nos fazer aqui o Reitor Arno, desse corte de cinco milhões no Orçamento da nossa UNEMAT.

Estejam certos, Srs. Professores, Reitores, que vocês terão ao seu lado o apoio de todo o Poder Legislativo de Mato Grosso.

Eu pediria a todos que, em pé, ouçamos o Hino de Mato Grosso.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO)

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Antes de encerrar a presente Sessão, a Presidência agradece a presença de todos e convoca a próxima Sessão Ordinária para o dia 08, quarta-feira, no período noturno, pois dia 07 estaremos comemorando o feriado nacional.

Está encerrada a presente Sessão.(LEVANTA-SE A SESSÃO)

Revisada por Maria Aparecida V.Beretta